

Painel 3 - PNAE: participação social e intersectorialidade

Por: **LILIAN DOS SANTOS RAHAL**

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS)



fnde

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) criou o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)** com vistas em assegurar o **direito humano à alimentação adequada** (Lei 11.346/2006);
- O Sisan é um sistema público de gestão **intersectorial** e **participativa**;
 - Um dos **princípios** que regem o Sisan é o da **participação social** na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de SAN em todas as esferas de governo;
 - Entre suas **diretrizes** estão a **promoção da intersectorialidade** das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais e a **descentralização** das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo



Todos os **Estados e o DF e 1.409 municípios** estão aderidos hoje ao SISAN.

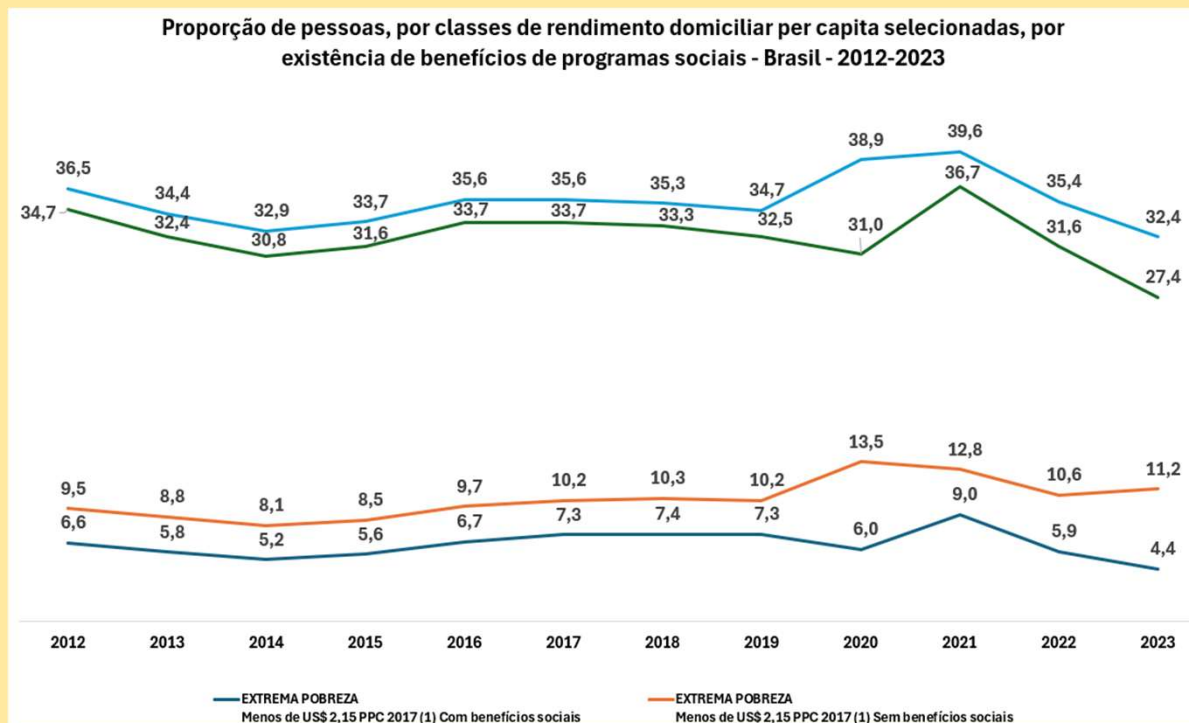
Componentes do Sisan

De acordo com a Losan, integram o Sisan:

- **A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).** Colegiado de natureza consultiva, destinado a promover a articulação e a integração dos órgãos e das entidades da administração pública federal relacionados com a área de SAN;
- **O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.** Instância responsável pela articulação entre o governo e a sociedade civil nas questões relacionadas a SAN, com objetivo de monitorar e acompanhar a implementação das políticas de SAN, mobilizando a sociedade no processo de participação social nestas ações.
- **Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.** Realizadas a cada quatro anos e são precedidas por conferências estaduais, regionais e/ou municipais. As conferências são um importante espaço para que sociedade civil e governos se estabeleçam diretrizes e prioridades para a agenda de SAN dos anos seguintes.



Trajetória recente da pobreza no Brasil



27,4%

Pobreza

4,4%

Extrema pobreza

CADASTRO ÚNICO (ref. dez/24)

Famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo

Público:

- **41,6 milhões de famílias inscritas** com um total de 95,3 milhões de pessoas
 - Mulheres = 57%
 - Negros = 68%
- **20,5 milhões de famílias no Bolsa Família** com um total de 53,7 milhões de pessoas
- Concentração nas regiões **Norte e Nordeste**

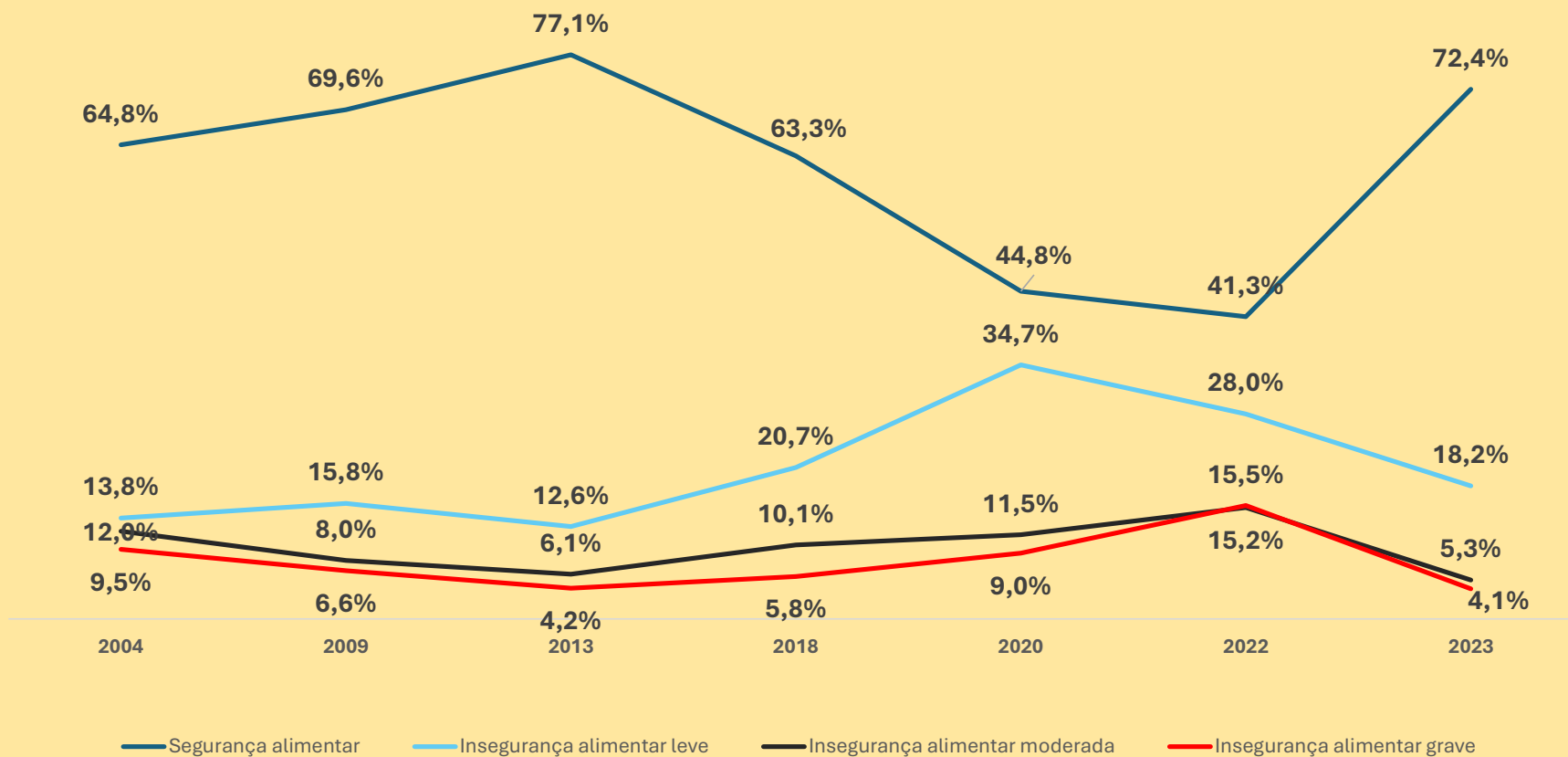
Crianças menores de 7 anos:

- 11,9 milhões estão no Cadastro Único
- 8,6 milhões (72%) são consideradas pobres.

Fontes: Síntese de Indicadores Sociais 2024 – IBGE.

Trajetória recente de SAN no Brasil

Níveis de SAN - 2004 até 2023



Fontes: Suplemento de SAN da PNAD 2004, 2009 e 2013;
POF 2017-2018; VIGISAN 2020 e 2022; PNADC 2023.

A articulação das políticas públicas nas diferentes dimensões da SAN

- Apoio à agricultura familiar – Ater, crédito, seguro, comercialização e garantia de preços mínimos;
- Inclusão Produtiva Rural – Fomento, acesso à água de consumo e produção (Programa Cisternas);
- Plano Nacional para Agroecologia e Produção Orgânica;
- Compras públicas de alimentos da agricultura familiar;
- Abastecimento - centrais de apoio aos produtos da agricultura familiar

Dimensão ambiental sustentável e atenta à emergência climática

PRODUÇÃO

- Nutrição na Saúde e Educação;
- Educação Alimentar e Nutricional;
- Guias Alimentares;
- Regulação da oferta de alimentos ultraprocessados:

- Publicidade para crianças;
- Oferta nas escolas;
- Rotulagem Nutricional;
- Medidas fiscais.

CONSUMO

Transferência direta de renda:
Bolsa Família

Política de valorização do
salário mínimo

Alimentação Escolar

Equipamentos públicos
(Bancos de Alimentos,
restaurantes e cozinhas
comunitárias)

ACESSO

~~FAMÍLIAS EM INSA~~ / ~~DESNUTRIÇÃO~~
(prioridade: gestantes, crianças e idosos)

A necessária articulação dos sistemas de políticas públicas

SUS

Promoção da Alimentação Saudável e EAN na APS

Avaliação:

- INSAN
- Estado Nutricional e do Consumo Alimentar



INSAN grave
Desnutrição
Obesidade

Conduas

Assistência Social

PSE:

CREAS, CENTRO POP,
acolhimento, CDI, ILP

PSB:

CRAS, PAIF, SCFV,
PAEFI

Bolsa Família



Inscrição
CADÚnico

SAN

Equipamentos de SAN
públicos e sociais/
Promoção da Saúde

Agricultura Urbana /
Feiras

Compras públicas
de alimentos,
cestas e PAA

FAMÍLIAS EM INSAN / DESNUTRIÇÃO
(prioridade: gestantes, crianças e idosos)



A agenda de SAN como articuladora de diferentes dimensões das políticas públicas.

**+ Participação Social
+ Articulação órgãos públicos
+ Intersetorialidade**

Compras públicas de alimentos

- As compras públicas de alimentos tem papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional, no fortalecimento da agricultura familiar e no incentivo ao desenvolvimento local;
- O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, criado em 2003, é um marco desse processo e abriu o caminho para outras iniciativas importantes, como a inclusão do percentual mínimo de 30% de compras da agricultura familiar no **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, além de inspirar a criação de PAA estaduais e de políticas similares em outros países;
- Após mais de 20 anos de execução, os resultados se consolidaram, mas novos desafios se impõem como a melhor articulação das compras públicas de alimentos com a demanda de equipamentos de alimentação nas cidades e a promoção da alimentação saudável.

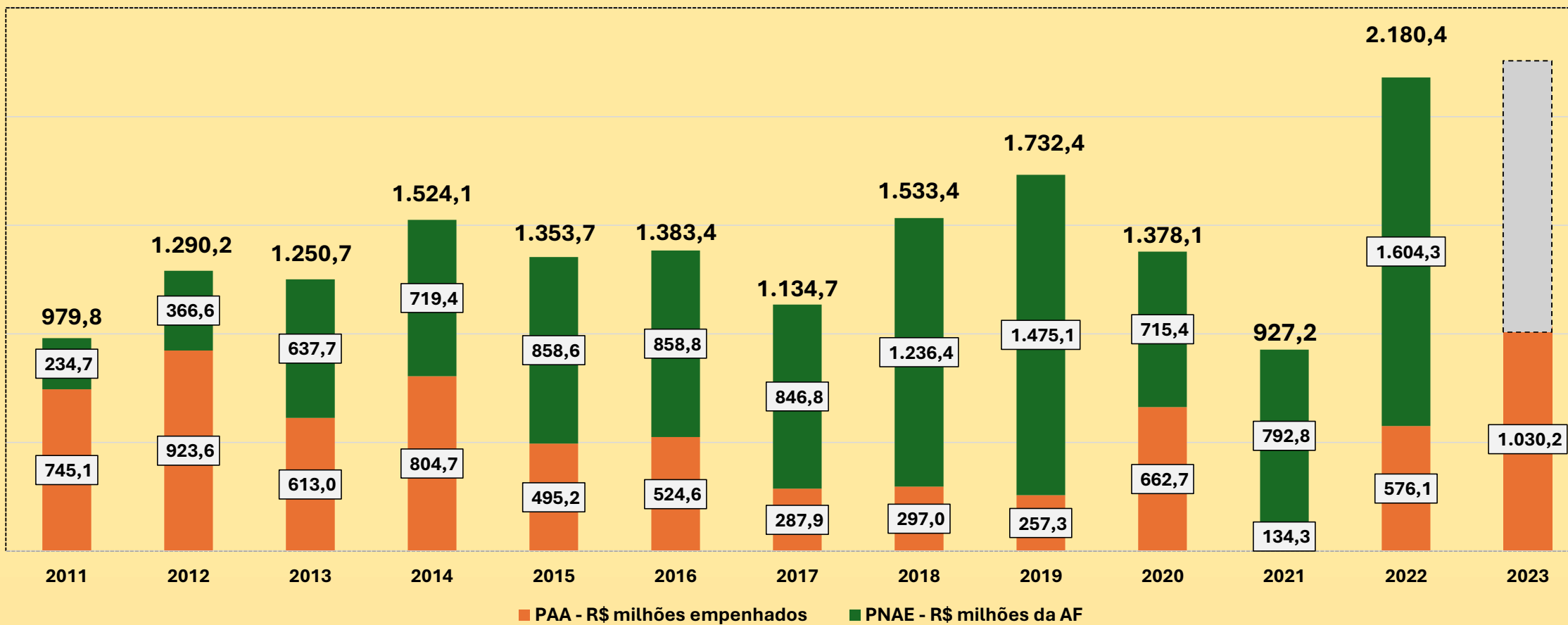


Compras públicas de alimentos

Programa	Referência legal
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	Lei nº 14.628/2023, que recriou o Programa, e Decreto nº 11.802/2024;
Compra Institucional	Lei nº 14.628/2023 autoriza os órgãos públicos a comprar alimentos nos moldes simplificados do PAA (art. 4º) e estabelece percentual mínimo de 30% para aquisição da agricultura familiar no nível federal;
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Lei nº 11.947/2009, que estabeleceu a aplicação mínima de 30% dos recursos na aquisição da agricultura familiar;



COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PAA E PNAE - EM R\$ MILHÕES NOMINAIS



Obs.: de 2011 a 2022, foram **mais de R\$ 16 bilhões executados**; em 2023, apenas o PAA empenhou mais de R\$ 1 bilhão em aquisição de alimentos.



DESENHO DA ESTRATÉGIA ALIMENTA CIDADES



**ALIMENTA
CIDADES**

Objetivo de ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizados os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social.



1

Contexto brasileiro

- Novo ciclo de políticas públicas
- Agenda alimentar urbana e periurbana



2

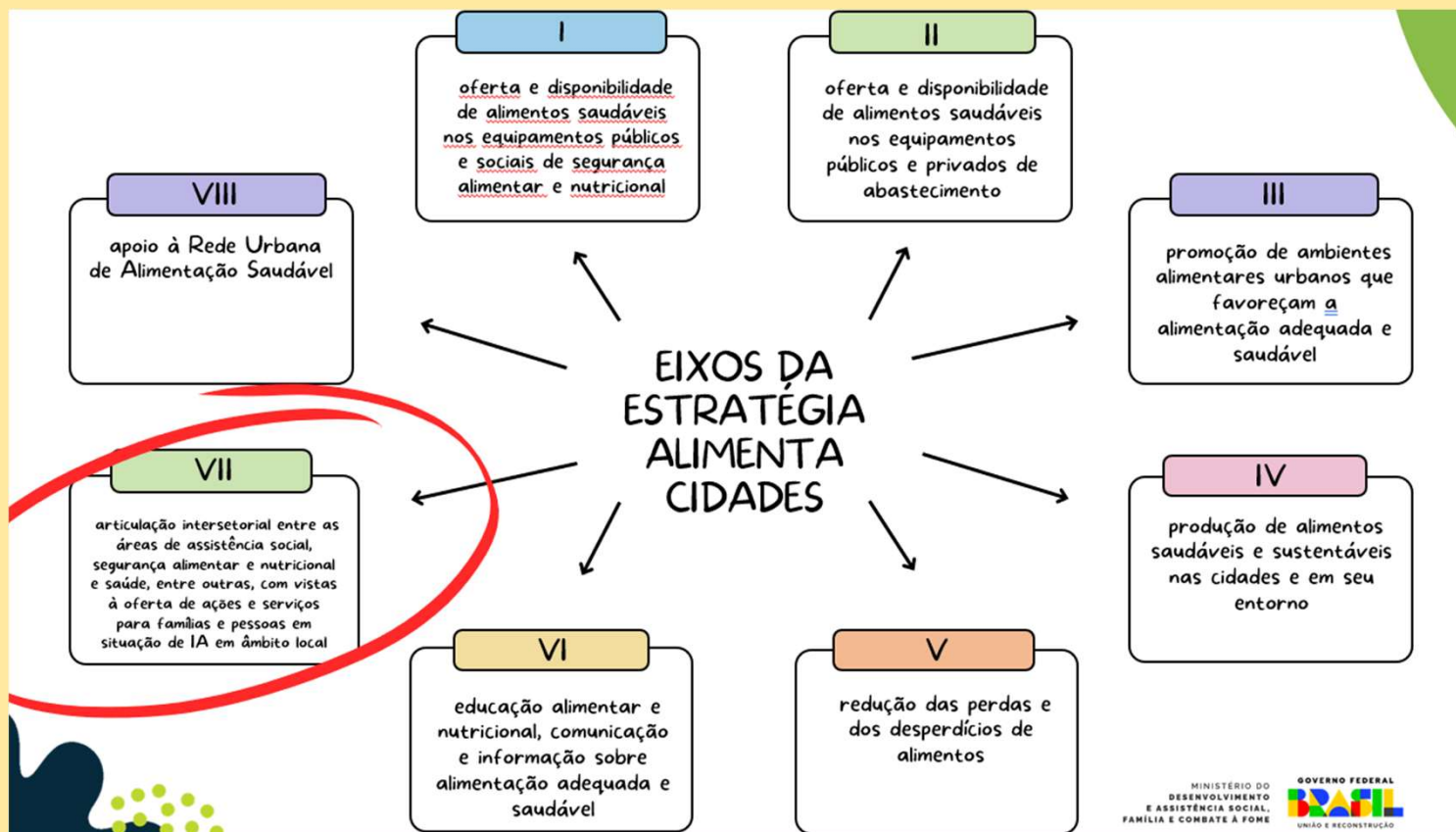
Normativas

- Decreto nº 11.822/2023
- Portarias convocação cidades
- Portaria RUAS em elaboração

3

Público alvo

- 60 cidades prioritárias



A intenção é contribuir para o **planejamento integrado e a coordenação intersetorial de ações** relacionadas à alimentação urbana, assim como fortalecer a perspectiva de direito à cidade e do direito humano à alimentação adequada, reduzindo iniquidades sociais.

Um dos princípios da Estratégia Nacional refere-se à **PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

A participação da sociedade civil é fundamental na formulação e controle de políticas e programas de SAN, garantindo o direito à alimentação adequada por meio de ações coletivas e espaços de participação social.



Municípios Participantes

Estratégia Alimenta Cidades



NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Ananindeua (PA), Santarém (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Manaus (AM), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC)	Aracaju (SE), Campina Grande (PB), Caucaia (CE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Vitória da Conquista (BA), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Paulista (PE), Petrolina (PE), Recife (PE), Caruaru (PE), São Luís (MA), Teresina (PI)	Brasília (DF), Goiânia (GO), Anápolis (GO), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT)	Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Franca (SP), Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), Niterói (RJ), Osasco (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São José dos Campos (SP), São José do Rio Preto (SP), São Paulo (SP), São Vicente (SP), Sorocaba (SP), Uberlândia (MG), Vitória (ES), Contagem (MG)	Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Joinville (SC), Londrina (PR), Maringá (PR), Ponta Grossa (PR), Porto Alegre (RS), São José dos Pinhais (PR)

Hoje são 60 cidades apoiadas, onde residem mais de 60 milhões de pessoas.

Uma das entregas já realizadas foi o **estudo que mapeou os desertos e pântanos alimentares** com a finalidade de identificar as áreas de difícil acesso a alimentos saudáveis (desertos alimentares) e as áreas onde é fácil o acesso a alimentos ultraprocessados (pântanos alimentares), focando nos locais onde residem pessoas e famílias em situação de baixa renda e em territórios periféricos



Obrigada



fnde

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

